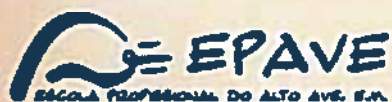


Relatório de Gestão do exercício e  
Demonstrações Financeiras de 2017.

# Relatório de Gestão 2017



**EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M.**

**NIF: 504 596 608**

**Matriculada na C.R.C. de Póvoa de Lanhoso sob o  
N.º 05/20010911**

## Índice:

Relatório de Gestão.....	4
GASTOS DO EXERCÍCIO:.....	5
RENDIMENTOS: .....	7
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO. ....	10
1 NOTA INTRODUTÓRIA.....	18
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	18
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	18
3.1. Bases de apresentação.....	18
3.2. Ativos fixos tangíveis .....	19
3.3. Ativos intangíveis .....	19
3.4. Locações.....	20
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis .....	20
3.6. Inventários.....	21
3.7. Ativos e passivos financeiros.....	21
3.8. Política contabilística para subsídios do governo.....	24
3.9. Rédito .....	24
3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas .....	25
3.11. Imposto sobre o rendimento.....	25
3.12. Provisões .....	26
3.13. Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	26
3.14. Especialização de exercícios.....	26
3.15. Acontecimentos subsequentes.....	26
4 FLUXOS DE CAIXA.....	27
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	27
6 ATIVOS INTANGÍVEIS .....	28
7 LOCAÇÕES .....	29
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS .....	29
9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO .....	30
10 INVENTÁRIOS .....	31
11 ATIVOS FINANCEIROS .....	31
12 GASTOS A RECONHECER.....	32
13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO.....	32
14 SUBSÍDIOS DO GOVERNO .....	34
15 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	35
16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	35
17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	36
18 RENDIMENTOS A RECONHECER.....	37
19 RÉDITO .....	37
20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	37
21 GASTOS COM O PESSOAL .....	38
22 AMORTIZAÇÕES .....	39
23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	39
24 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	40
25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES .....	40
26 PARTES RELACIONADAS.....	40
27 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS .....	41
28 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	42
Parecer do Fiscal Único .....	43
Certificação Legal das Contas.....	44

## **Órgãos Sociais**

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente**

Joaquim Cândido Lopes Machado

#### **Vogais**

Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

José Manuel Costa da Silva

#### **Fiscal Único**

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C.

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao sócio,

---

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas o presente relatório de gestão do exercício findo em 31/12/2017.

**A EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA ATIVIDADE, DESIGNADAMENTE NO QUE RESPEITA A CONDIÇÕES DO MERCADO, INVESTIMENTOS, GASTOS, RENDIMENTOS E ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.**

---

No ano letivo 2017-2018 foram aprovadas quatro novas turmas para os Cursos Técnicos Profissionais. As várias áreas de formação e saídas profissionais propostas pela escola foram escolhidas de acordo com o levantamento de necessidades de formação, identificadas pela DGEstE, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, em articulação com a CIM do Ave, Comunidade Intermunicipal do Ave. Constatou-se um acréscimo da procura por parte dos jovens desta tipologia de formação, com o objetivo claro de obterem qualificações que lhes permitam, no futuro, um ingresso mais fácil no mercado de trabalho. O conhecimento da qualidade da formação ministrada aos jovens e o enquadramento com a necessidade de técnicos qualificados, capazes de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, aliada ao conseqüente aumento da empregabilidade, esteve na origem do acréscimo da procura da EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, E.M. por jovens oriundos de vários concelhos do distrito onde nos inserimos.

No exercício económico de 2017, o capital social foi redimensionado, cifrando-se nos 20.000,00€ (vinte mil euros), detido na sua totalidade pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. O valor inscrito na conta de reservas legais obrigatórias - 10.933,65€ (dez mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos), manteve-se igual ao exercício anterior.

No capítulo dos Meios Financeiros Líquidos, a Escola Profissional do Alto Ave, E.M. apresenta um saldo bancário e de caixa de 97.518,93€ que se deve ao facto de no início do mês de dezembro a entidade financiadora POCH pagar o 1º adiantamento da candidatura dos cursos de educação e formação de jovens dos anos de 2016 e 2017 e a análise do reembolso 1-2017 dos cursos profissionais, sendo que esta candidatura assume 3 anos letivos, ou seja, assume todo o percurso curricular dos cursos que iniciaram no ano letivo de 2016-2017 e 2017-2018.

Para além das contas de Depósitos à Ordem, a EPAVE dispõe de uma Conta Cauçionada com um "plafond" de 200.000,00€ (duzentos mil euros). No final do ano de 2017, a conta estava totalmente recuada. E dada a necessidade de tesouraria, evidenciada pelos atrasos na análise dos pedidos de

reembolso bem como candidaturas, no final do ano de 2017 houve a necessidade de contratualizar 2 livranças totalizando 150.000,00€, as quais à CGD e ao Novo Banco por um período de 3 e 6 meses respetivamente.

Em consequência, a rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento apresenta um saldo de 6.009,29€ registando um aumento face ao ano de 2016, cujo valor foi de 4.962,36€.

As contas de Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos apresentavam um saldo conjunto de 45.731,42€, sendo que não se registavam dívidas a fornecedores com prazo de pagamento superior a 60 dias.

### GASTOS DO EXERCÍCIO:

No capítulo de gastos do exercício referimos:

- Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 202.341,25 € onde se destacam as verbas destinadas a honorários – pagamento a colaboradores em regime de prestação de serviços (125.101,10 €; 2016 - 203.673,36 €), cujo valor em 2016 ascendeu a 358.788,41 €.
- Gastos com o Pessoal no montante de 456.987,99 €, verificando-se um aumento comparativamente com o ano de 2016, cujo valor ascendeu a 334.792,79 €.

	Saldo Inicial 2017	Saídas	Entradas	Saldo Final 2017
Funcionários	17		1	10
				26

	Saldo Inicial 2016	Saídas	Entradas	Saldo Final 2016
Funcionários	17		0	0
				17

- Outros Gastos e Perdas – Subsídios a Formandos, valores de subsídios de alojamento, alimentação e transporte para um universo de 225 formandos, que representam um encargo de 264.460,82 €, pago em função das situações dos formandos, sendo de salientar que se verificou igualmente um acréscimo do número de alunos existente no ano presente letivo, no ano de 2016 para um universo de 219 formandos o valor era de 277.017,78 €.
- Gastos de Depreciação e Amortização, no exercício de 2017, foram imputados 47.493,55 € (2016 - 52.859,55 €) de gastos com amortizações. Com o reconhecimento do rendimento resultante de subsídios ao investimento apenas é suportado pela escola um gasto líquido de 9.735,31 €. No ano de 2016, o valor era de 15.254,35 €.

Os rendimentos da EPAVE são, em grande parte, assegurados pelo financiamento do POCH/Ministério da Educação/ Município da Póvoa de Lanhoso. Estes destinam-se a cobrir os gastos de funcionamento e gestão da escola, verificando-se um rendimento de 1.043.214,03 €. Em 2016 registou-se o valor de 1.014.110,43 €, verificando-se uma aumento dos financiamentos atribuídos, uma vez que ficamos com aprovação de mais uma turma de cursos profissionais face ao ano anterior.

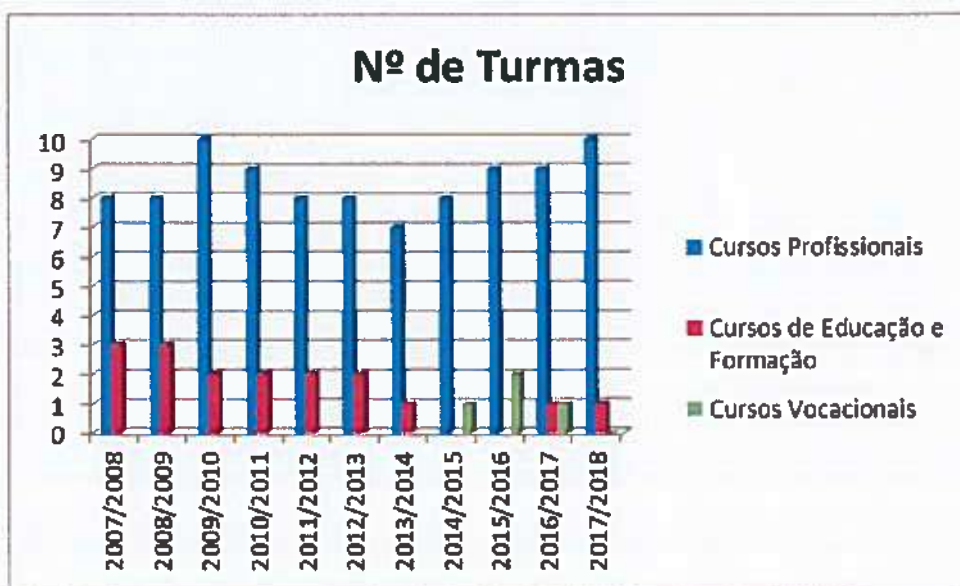
Em 2017, a medida de exceção vigente para o quadro comunitário anterior QREN, que previa que a contrapartida pública nacional (CPN) fosse suportada pelo orçamento da Segurança Social (OSS) foi alterada, passando a vigorar o enquadramento legal previsto no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, que mantém o recebimento do financiamento a 85%, atribuído pelo FSE.

Nos restantes 15%, as empresas locais que solicitem apoios ao abrigo deste programa encontram-se sujeitas à satisfação da CPN conforme o referido no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro, que determina que cabe, entre outras, às entidades integradas no sector público empresarial suportar a CPN das operações de que sejam beneficiárias. O próprio Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano (RECH), ao abrigo do qual aquelas ofertas formativas são enquadradas, vem, nos termos do n.º 2 do seu artigo 3.º enunciar aquela mesma regra, com remissão expressa para o citado n.º 3 do artigo 67.º.

No que respeita às empresas locais que têm por missão a prestação de serviços na área da educação, o financiamento público para estas entidades teria de ser satisfeito por orçamento próprio daquelas empresas locais. Dados os condicionalismos subjacentes à atividade em questão é facilmente perceptível, através de uma análise histórica às contas da nossa entidade, que esta apenas exerce a atividade relacionada com a formação profissional não tendo quaisquer outra fonte de rendimentos, razão pela qual não está dotada de receitas próprias e de um orçamento que lhe permita satisfazer a CPN.

Entende o Conselho de Administração que neste momento se verifica um conflito de leis de elevada complexidade técnico-jurídica quanto à responsabilidade pelo pagamento da CPN. Não obstante, o Conselho de Administração, apoiado em parecer jurídico oportunamente emitido, continua a considerar que a responsabilidade pelo pagamento da CPN cabe ao Estado, pelo exposto entende estar a cumprir todas as regras relativas à obtenção e reconhecimento contabilístico dos subsídios.

Como se pode verificar no gráfico abaixo.



O gráfico demonstra a oscilação do número de turmas que têm sido aprovadas pelo Ministério da Educação para a EPAVE, assim conseguimos visualizar o crescimento a partir do ano letivo de 2013-

2014, atingindo agora uma estrutura com um total de 11 turmas em funcionamento. Podemos referir que na mesma linha de crescimento a EPAVE tem em processo de aprovação (com vistoria aprovada pelo Ministério de Educação) 4 novas turmas para Cursos Técnico Profissionais para o próximo ano letivo.

No ano letivo 2017-2018 as preferências, por género, dos alunos que procuram a EPAVE ascendem a 163 do género masculino e 62 do género feminino. Assim, verifica-se uma adaptabilidade às formações ministradas pela EPAVE superior para o género masculino.

①

1025

10

## RENDIMENTOS:

No capítulo de rendimentos do exercício referimos:

- Rendimentos Suplementares, esta conta diz respeito à reabertura do bar com os serviços mínimos, formação não financiada e serviços de apoio a formandos, apresentando um saldo de 11.987,13 €. Em 2016, o valor realizado ascendeu a 10.252,26 € e estava relevado contabilisticamente em prestações de serviços, esta alteração deveu-se ao entendimento da Autoridade Tributária quando aos serviços conexos com a atividade formação.
- Outros Rendimentos e Ganhos, esta conta que apresenta um saldo de 49.973,32€ (2016 - 37.735,62€), reflete o lançamento de rendimentos destinados à compensação de gastos com amortizações de ativos, cuja aquisição foi alvo de subsídios ao investimento.

NO ANO DE 2017, PODEREMOS DESTACAR, AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES, OS SEGUINTE DADOS:

- **Funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 Cursos Profissional - POCH:**

Quanto ao funcionamento e gestão das ações no âmbito da Medida 1.6 - Cursos Técnico Profissionais- verificou-se, no ano letivo 2016/2017, um aumento da procura nos cursos profissionais da área técnica de metalurgia e metalomecânica e eletrónica e automação. Neste sentido foi ajustada a oferta formativa para o ano letivo de 2017-2018 com incidência nestas áreas.

Todas as ações propostas para esta medida-1.6 cursos profissionais- estão sujeitas ao modelo de gestão baseado no método de custos unitários (forfetário). Assim, obedece-se a uma gestão mais rigorosa, pela aplicação de valores fixos, condicionando no entanto o orçamento, na medida em que dificulta a correção de gastos pontuais. Isto obriga à execução de um Plano de Atividades mais rigoroso.

- **Funcionamento dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)**

O Curso CEF-Cursos de Educação Formação de Jovens, na área de Cabeleireiro de senhora, e têm como público-alvo jovens em escolaridade obrigatória. Conferem a possibilidade de equivalência ao 9º ano de escolaridade numa área profissional. No ano letivo de 2016-2018, a candidatura efectuada pela EPAVE ocorrer no âmbito do Portugal 2020 estando as acções daí decorrentes sujeita à aplicação do método de custos unitários de financiamento.

- **Plano Anual de Atividades**

O Plano Anual de Atividades projetado para o ano letivo 2016/2017 foi realizado em cerca de 81% das atividades propostas.

Atividades que se identificam com a cultura escolar da EPAVE realizadas no ano letivo 2016/2017:

- Semana Aberta;
- Dia do Ensino Profissional;
- Atividades Radicais DiverLanhoso;
- Marcha Solidária alertando para temas de interesse geral;
- Celebrações temáticas de carácter social e cultural;
- Comemoração do dia de S. Martinho;
- Festa de Natal "Lanche Partilhado";
- Decoração de Natal elaborada pelo Cursos Eletrónica;
- Palestra Neno;
- Visitas de Estudo ao Museu da Imagem e à Braval;
- Passeio lazer à praia fluvial de Adaúfe;
- Feira das profissões.
- Festa de encerramento do ano letivo.
- Apresentação pública de PAPs

Nos eventos projetados no Plano Anual de Atividades, é importante destacar o elevado número de participantes, o envolvimento da comunidade escolar e local, a ampla divulgação nos órgãos de comunicação social – imprensa regional e local – e a total concretização dos objetivos delineados.

- **Programas Comunitários**



No âmbito dos Programas Comunitários, consolidamos e ampliamos as parcerias nacionais e internacionais, ao nível da mobilidade de alunos, com destaque para o Programa ERASMUS+. Este programa está a proporcionar aos nossos formandos dos diversos Cursos um estágio em contexto de trabalho real bem como para as pessoas do *staff* em diversas empresas de Espanha, Itália, Reino Unido e Alemanha ao longo do período do projeto 2017/2019. Em 2017, realizaram-se deste projeto as primeiras mobilidades para Espanha. Estes intercâmbios constituem uma forte aposta da Escola Profissional na valorização do percurso profissional e cultural dos nossos alunos, e mostrando ao *staff* uma perspetiva diferente e atuação.

A implementação deste projeto previu gastos de viagem, subsistência e alojamento, suportados pelo financiamento específico para este projeto. Havendo ainda uma pequena verba para custos de funcionamento e gestão.

- **Responsabilidade Social da EPAVE**

À semelhança de anos anteriores a EPAVE, no âmbito da responsabilidade social, continua a desenvolver, junto da comunidade local, um conjunto de apoios sociais na área dos cuidados pessoais. Esta iniciativa permite a toda a comunidade local, em particular às IPSS, os lares, o centro de convívio, beneficiar do apoio dos nossos alunos envolvidos nos projetos em curso, em articulação com o plano de ação social da Município da Póvoa de Lanhoso.

O Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave – SIPRAVE, presta também um serviço social, na medida em que permite o acesso à lista de Ofertas de Emprego de acordo com as saídas profissionais dos cursos ministrados na escola.

## EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA SOCIEDADE.

As candidaturas entretanto assumidas e aprovadas pelo POCH com os seguintes montantes:

Nº Projeto Portugal 2020	Montantes Aprovados Candidatura	FSE	CPN	Anos de Candidatura
POCH-01-5266-FSE-000813	149.593,76	127.154,70	22.439,06	2016-2018
POCH-01-5571-FSE-001023	2.103.220,82	1.787.737,70	315.483,12	2016-2019
POCH-01-5571-FSE-001573	1.462.109,96	1.242.793,47	219.316,49	2017-2020
Total	3.714.924,54	3.157.685,87	557.238,67	

Estes elementos permitem-nos encarar com satisfação a prossecução do nosso objetivo de contribuir para uma melhor formação profissional dos povoenses até pelo menos 2020.

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.

Após 31 de Dezembro de 2017, ocorreu a aprovação de candidatura no Balcão 2020 para os 1<sup>os</sup> anos dos Cursos profissionais 2017-2020.

Em 18 janeiro de 2018 foi efetuada a pagamento da Livrança da CGD no montante de 50.000,00 €.

## OBJETIVOS E POLÍTICAS DA ESCOLA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPAVE, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos;
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.



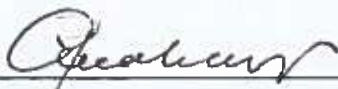
## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---

Propõe-se ao sócio que o resultado líquido positivo de 113.532,17€, seja transferido para a rubrica de resultados transitados de forma a permitir o autofinanciamento.

Póvoa de Lanhoso, 16 de Abril de 2018

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Joaquim Cândido Lopes Machado (Presidente)



Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca (Vogal)



José Manuel Costa da Silva (Vogal)

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

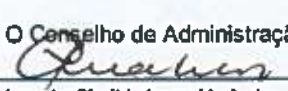
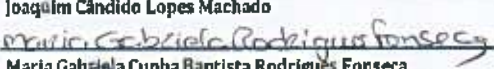

---

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:

---

		(Montantes)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	19		10 252,26
Subsídios à exploração	14	1 043 214,03	1 014 110,43
Fornecimentos e serviços externos	20	- 202 341,25	- 358 788,41
Gastos com o pessoal	21	- 456 987,99	- 334 792,79
Imparidade de dívidas a receber	11		- 200,00
Aumento/Redução do Justo Valor	23	8,17	
Outros rendimentos e ganhos	23	49 973,32	37 735,62
Outros gastos e perdas	24	- 267 882,40	- 282 892,21
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>165 983,88</b>	<b>85 624,90</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	22	- 47 493,55	- 52 859,55
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>118 490,33</b>	<b>32 765,35</b>
Juros e gastos similares suportados	25	- 6 009,29	- 4 962,36
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>112 481,04</b>	<b>27 802,99</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	- 22 295,78	- 1 751,59
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>90 185,26</b>	<b>26 051,40</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

<p>O Contabilista Certificado</p>  <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p>	<p>O Conselho de Administração</p>  <p>Joaquim Cândido Lopes Machado</p>  <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p>  <p>José Manuel Costa da Silva</p>
---	--

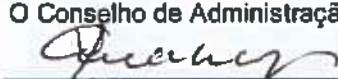
		(Montantes expressos em euros)	
		31 Dezembro	31 Dezembro
ATIVO	Notas	2017	2016
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	562 665,99	595 752,97
Ativos intangíveis	6	6 143,44	1 291,73
Outros Investimentos Financeiros		778,85	
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>569 588,28</b>	<b>597 044,70</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Contribuintes (POCH + CPN)	11	259 010,89	242 639,04
Estado e outros entes públicos	17	0,00	814,19
Outras contas a receber	11	523 756,74	390 503,11
Gastos a reconhecer	12	3 931,43	3 679,87
Caixa e depósitos bancários	4	97 518,93	171 636,98
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>884 217,99</b>	<b>809 273,19</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 453 806,27</b>	<b>1 406 317,89</b>
 <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	13	20 000,00	19 951,92
Reservas legais	13	10 933,65	10 933,65
Resultados transitados	13	99 329,49	73 278,09
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13	506 643,71	544 248,91
		<b>636 906,85</b>	<b>648 412,57</b>
Resultado líquido do período		90 185,26	26 051,40
<b>Total do capital próprio</b>		<b>727 092,11</b>	<b>674 463,97</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	16	13 477,19	19 503,43
Adiantamentos de Contribuintes (POCH + CPN)	16	394 452,72	627 798,95
Estado e outros entes públicos	17	32 254,23	9 729,60
Financiamentos obtidos	15	150 000,00	
Outras dívidas a pagar	16	84 072,82	74 821,94
Rendimentos a Reconhecer	18	52 457,20	
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>726 714,16</b>	<b>731 853,92</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>726 714,16</b>	<b>731 853,92</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 453 806,27</b>	<b>1 406 317,89</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

  
 Valdemar Jorge Azevedo Vbioso

O Conselho de Administração

  
 Joaquim Cândido Lopes Machado

  
 Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

  
 José Manuel Costa da Silva

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio		
(Montantes expressos em euros)								
<b>Posição no início do período 2017</b>	19 951,92	10 933,65	73 278,09	544 248,91	26 051,40	674 463,97		
<b>Alterações no período:</b>								
Realização do excedente de revalorização de a-	48,08					48,08		
Imputação de Subsídios ao Investimento				(37 605,20)		(37 605,20)		
Aplicação de Resultado do exercício anterior			26 051,40		(26 051,40)	-		
	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>99 329,49</u>	<u>508 643,71</u>	<u>-</u>	<u>636 906,85</u>		
<b>Resultado líquido do período</b>					90 185,26	90 185,26		
<b>Resultado integral</b>					<u>90 185,26</u>	<u>727 092,11</u>		
<b>Posição no fim do período 2017</b>	<u>20 000,00</u>	<u>10 933,65</u>	<u>99 329,49</u>	<u>508 643,71</u>	<u>90 185,26</u>	<u>727 092,11</u>		
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p> </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p> </td> </tr> </table>							<p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p>	<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p>
<p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p>	<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p>							

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio		
(Montantes expressos em euros)								
<b>Posição no início do período 2016</b>	19 951,92	10 933,65	51 172,78	581 854,11	22 105,31	705 565,46		
<b>Alterações no período:</b>								
Imputação de Subsídios ao Investimento				(37 605,20)		(37 605,20)		
Aplicação de Resultado do exercício anterior			22 105,31		(22 105,31)	-		
	<u>19 951,92</u>	<u>10 933,65</u>	<u>73 278,09</u>	<u>544 248,91</u>	<u>-</u>	<u>667 960,26</u>		
<b>Resultado líquido do período</b>					26 051,40	26 051,40		
<b>Resultado Integral</b>					<u>26 051,40</u>	<u>694 011,66</u>		
<b>Posição no fim do período 2016</b>	<u>19 951,92</u>	<u>10 933,65</u>	<u>73 278,09</u>	<u>544 248,91</u>	<u>26 051,40</u>	<u>694 011,66</u>		
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p> </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p> </td> </tr> </table>							<p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p>	<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p>
<p>O Contabilista Certificado</p> <p><i>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</i></p> <p>Valdemar Jorge Azevedo Veloso</p>	<p>O Conselho de Administração</p> <p><i>Joaquim Cándido Lopes Machado</i></p> <p>Joaquim Cándido Lopes Machado</p> <p><i>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</i></p> <p>Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca</p> <p><i>José Manuel Costa da Silva</i></p> <p>José Manuel Costa da Silva</p>							

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes / POCH	726 118,54	1 206 296,56
Pagamentos a fornecedores e formandos	-369 552,94	-430 229,89
Pagamentos ao pessoal	-280 639,58	-260 316,28
Pagamentos ao pessoal Prestadores de Serviços	-113 389,38	-214 345,78
Outros recebimentos / pagamentos	-175 443,94	-57 970,74
Caixa gerada pelas operações	<u>-212 907,28</u>	<u>243 433,89</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 667,33	-1 556,61
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<u><b>-214 574,61</b></u>	<u><b>241 877,28</b></u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	-3 623,26	-5 613,28
Activos intangíveis		
Outros activos	<u>-3 623,26</u>	<u>-5 613,28</u>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	41,03	
Dividendos	<u>41,03</u>	<u>500,00</u>
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<u><b>-3 582,23</b></u>	<u><b>-5 113,28</b></u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	500 000,00	558 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	48,08	
Outras operações de financiamento	<u>500 048,08</u>	<u>558 000,00</u>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-350 000,00	-628 000,00
Juros e gastos similares	-4 925,29	-4 855,94
Outras operações de financiamento	<u>-1 084,00</u>	<u>-415,50</u>
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<u><b>144 038,79</b></u>	<u><b>-75 271,44</b></u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-74 118,05</b>	<b>181 492,58</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>171 636,98</b>	<b>10 144,42</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>97 518,93</b>	<b>171 636,98</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

  
Valdemar Jorge Azevedo Veloso

O Conselho de Administração

  
Joaquim Cândido Lopes Machado

  
Maria Gabriela Cunha Baptista Rodrigues Fonseca

  
José Manuel Costa da Silva

# Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressas em euros)

## 1 NOTA INTRODUTÓRIA

A EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave, é uma Empresa Municipal, foi constituída em 1999 e tem a sua sede social em Av. Bombeiros Voluntários 4830-514 Póvoa de Lanhoso.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo *Conselho de Administração*, na reunião de 16 de abril de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O *Conselho de Administração* entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2017.

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, são as seguintes:

### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da escola, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro vigentes em Portugal no exercício de 2017.



### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o gastos de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

#### VIDA ÚTIL

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	20
Equipamento Básico	8-20
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-10
Ferramentas e Utensílios	3-6

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

**VIDA ÚTIL**

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

**3.4. Locações**

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos, reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

**3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da instituição, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor

temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui preço de compra, descontos comerciais e abatimentos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor do custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

O método de custeio dos inventários adotado pela escola consiste no Custo Médio Ponderado.

### 3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a escola se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (3.7.1.) ao custo ou custo amortizado e (3.7.2.) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

### 3.7.1 Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados pelo custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, ao custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

#### d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

CE  
F  
MBE  
DA